

O Homem Invisível¹

por Fernanda Campagnucci

Os telhados de bairros como a Mooca ficavam branquinhos por conta da geada que caía durante a noite, na São Paulo dos anos 70. Dormindo de construção em construção, o pedreiro Antônio Pereira de Oliveira sentia o gelo cortante nos ossos, apesar do cobertor de papelão com emendas de arame que ele próprio confeccionara. O saco de cimento em cima de uma tábua era seu colchão. Mais de 30 anos depois, a visão dos telhados da Mooca ainda embranquece a mente do senhor de 68 anos. “A gente sofria muito naquela época”, disse, e levou as mãos junto à boca para esquentá-las com a respiração. O frio, agora, chegava por entre as frestas da porta de vidro da plataforma nº 9, no Aeroporto Internacional de Brasília.

Antes de trabalhar nas construções em São Paulo – e Cotia, Itapeva, Bertioga, Guarujá, São Vicente... – Antônio Pereira de Oliveira era Micheas Gomes de Almeida, em um cenário completamente diferente do paulista. A mulher sentada ao seu lado na sala de embarque, uma freira mexicana de ar despreocupado, hábito marrom escuro, véu preto e um crucifixo de madeira pendurado na cintura, certamente não diria que aquele senhor franzino, de 1 metro e uns 55 centímetros de altura (que ele afirmava ser 64), combateu o Exército Brasileiro por três anos na guerrilha do Araguaia, de 1972 a 1975, durante a ditadura militar. Também não diria que aquele mesmo senhor, com seu terno acinzentado um tanto largo para sua estatura e um par de óculos quadrados, havia sido recebido com honras de chefe de Estado na República Popular da China, anos antes. E, por fim, dificilmente passaria pela cabeça daquela mulher que Micheas – mais conhecido como Zezinho do Araguaia, agora – aguardava o vô das 21h30 com destino a Palmas, para voltar ao local de combate da guerrilha. Com uma mala preta de rodinhas pesando 8 kg e uma maleta de couro escura e repleta de papéis, Zezinho tomaria mais uma vez o rumo de Xambioá e São Geraldo do Araguaia, para lutar pela indenização de 30 camponeses que foram torturados naquela época.

“Você me dá uma carona neste carro?”, deu um sorriso largo, sua marca registrada, e inclinou-se para frente em direção ao carrinho de bebê que entrava no corredor do avião. “Tchau, boa viagem!”, acenou, e recebeu da criança agitada um olhar arregalado. O frio parecia não incomodá-lo mais, pois levantou, virou-se para a freira

¹ julho de 2006

mexicana e dispôs-se a falar a ela – e não com ela – sobre o México e toda a luta do povo latino-americano, que teve suas terras invadidas e não “descobertas”.

“A senhora é mexicana?” E, com a confirmação da freira, continuou. “No México mesmo existe uma cidade inteira construída para se proteger dos espanhóis”, gesticulava no ar, “é tudo iluminado pela luz do sol, não há luz elétrica nem nada! Somente sol!” E surpreendendo-se com as próprias palavras, sorria seu sorriso largo.

A freira acenou novamente com a cabeça, esboçando um sorriso compreensivo, mas sem, aparentemente, entender tudo que Zezinho falava. Sua agilidade é paradoxalmente oposta ao seu jeito de falar, arrastado, calmo, sem pressa. As palavras vão saindo uma de cada vez, espaçadamente articuladas, alternadas com pausas curtas ou longas, quase musicais. Quem conversa com ele não deve se preocupar com o tempo.

“... plantamos da mesma terra, colhemos do mesmo fruto, temos a mesma luta. É muito bom ver a senhora”, disse à freira, sorrindo, e voltou ao seu lugar.

Para quem acorda todos os dias às 5 horas da manhã, Zezinho não parecia nem um pouco abatido – mesmo àquela hora da noite e depois de um dia um tanto agitado. Durante a manhã, participou de um Congresso da União da Juventude Socialista, do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Milhares de jovens militantes o saudaram e prestaram uma homenagem pela sua atuação na Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência armada ao governo militar que o Partido organizou, entre 1972 e 1975, às margens do rio Araguaia, na confluência dos estados do Pará, Tocantins e Maranhão.

À tarde, passou em cinco agências do banco Itaú de Brasília, em busca de um caixa eletrônico que funcionasse. Nenhum funcionou. Ele decidiu, então, exortar a fila de desinformados que aguardavam sua vez de usar a máquina a revoltar-se contra a empresa. “Esse Itaú não precisa de nenhum de nós aqui, eles já têm clientes e lucros demais”, gritava, “olha como o gerente fica rindo da nossa cara!”. Os gerentes não puderam resolver sua situação: o sistema tinha saído do ar. Para a sorte do banco, Micheas não se sentiu tão ofendido como da última vez em que tentou entrar em uma agência bancária e foi impedido pela porta giratória com detector de metais por seis vezes. Naquele dia, depois de deixar tudo o que possuía de metálico, Micheas tirou a roupa em protesto, ficando completamente nu. “É desse jeito que eles tratam um senhor idoso!”.

Com a postura reta e a maleta no colo, olhava para os lados do aeroporto com a curiosidade de uma criança. Às vezes cumprimentava, de longe, um homem engravatado. Ele conhece muitos parlamentares, consultores e funcionários do Congresso Federal e está sempre em Brasília, apesar de morar com a mulher e um filho em Goiânia, capital do

Estado de Goiás. Zezinho não pode deixar de estar onde “se tomam as decisões e onde estão as pessoas importantes”. Se tudo acontece em Brasília, é lá onde ele deve estar.

Voltar a Xambioá e São Geraldo do Araguaia é uma terapia para Zezinho. Ir para as cidadezinhas e reencontrar camponeses que viveram o drama da guerrilha como ele é um modo de deixar a história latente na sua cabeça. Isso porque toda vez que viaja para lá – recentemente, cerca de quatro vezes por mês – ele lembra mais um pouco de sua história, depois de tê-la apagado por 20 anos.

Durante todo este tempo, de 1975 a 1996, ele era o Antônio Pereira Oliveira. Ou acreditava ser, pois havia se esquecido de tudo – seu verdadeiro nome, Micheas, a guerrilha, sua família, a visita à China, o Partido – desde que chegou em São Paulo, em 1975. Como esqueceu, ele não sabe. Suas memórias foram se esvaindo de sua cabeça, e ficaram em algum lugar escondidas por essas duas décadas. Para todos os efeitos, ele era o pedreiro e depois eletricista Antônio, sem parentes.

Quando se é clandestino, perder a memória de certas coisas é um exercício estratégico. O militante passa a se auto-educar: não deve andar com nada escrito, toda mensagem a transmitir deve ser carregada na própria cabeça. Uma vez entregue, é esquecida imediatamente, apagada, para sua própria segurança. O mecanismo que Zezinho aprendeu, no entanto, voltou-se contra ele: tendo rompido o contato com o partido bruscamente, longe de sua terra, sem documentos, o esquecimento tomou conta de todo o seu passado; depois de responder por mais de 80 nomes, uma carteira de trabalho encontrada no chão virou seu porto seguro. Antônio Pereira de Oliveira, a partir de 1975... Pensando bem, desde sempre.

O que Zezinho ganhava por mês, como pedreiro, dava para comprar uma bengala de pão por dia. Ele a repartia em três. Comia o primeiro pedaço de manhã, com água; o segundo de almoço, ao meio dia; o último, que guardava em uma lata para não endurecer demais, comia à noite.

Encontrar uma carteira de trabalho assinada saiu-lhe melhor que encomenda. Ao pegar aquele documento no bueiro, imaginou-se como um naufrago que se agarra a um pedaço de madeira à deriva, cercado de perigos. Sacou do bolso uma fotografia sua que carregava e tratou de substituir a original, com duas giletas e muito cuidado. Lixou para deixá-la fina como a que estava colada, copiou o carimbo com uma tinta da mesma coloração, de pontinho em pontinho. Em todos os anos de clandestinidade, desde o golpe militar, em 1964, nunca foi abordado por nenhum policial ou soldado. Até hoje, não sabe o

que é passar por uma revista. Seguro em seu toco de madeira no meio do mar, já podia esquecer tudo o que lhe oferecia perigo.

Mas a disciplina de militante não o abandonou com a memória. Muito fraco pela alimentação precária – à base de pão e água – quase se viu sem meios de lutar. Decidiu, então, trabalhar aos fins de semana. A vizinhança da Mooca, “aquela italianada”, passou a receber um rapaz animado, que batia palmas à porta de suas casas de sábado e domingo. Acostumado a lidar com a terra, os jardins abandonados do bairro passaram a ser seu alvo.

“Ô de casa!” – esperava alguém aparecer na janela. “Olha, seu jardim tá muito feio e peço sua permissão para arrumá-lo”.

E quase sempre recebia como resposta:

“Nós não temos como pagar!”.

Não tinha problema. Ele arrumaria mesmo assim. “Não quero dinheiro, só não quero ficar à toa. Para mim é um prazer deixar seu jardim bonito!”. Buscava as ferramentas na construção em que trabalhava, limpava e arrumava todo o jardim. Dedicava-se ao máximo àquilo. Zezinho nunca cobrava nada, mas em pouco tempo passou a ganhar mais do que um mês inteiro de trabalho como pedreiro, além das refeições que fazia com as famílias. “A coisa foi melhorando”.

Para sair do sufoco, precisava aprender uma profissão. Foi o que pensou quando viu o cartaz do Instituto Universal Brasileiro, uma escola de ensino à distância, e decidiu fazer o curso profissionalizante de eletricidade predial. Em pouco tempo, era sócio do eletricitista com quem começou a trabalhar. Conheceu Josefa Rosendo, a “mulher de sua vida”. Tiveram um filho e criaram juntos a filha que Josefa já tinha, no bairro de Jardim da Conquista, no distrito de São Mateus.

Foi no bairro da Zona Leste de São Paulo que, em 1977, a manchete de um periódico saltou-lhe aos olhos: *35 mil pessoas morrem anualmente em acidentes de trânsito*. Começava, aí, uma nova batalha. Um amontoado de curiosos observava os jornais pendurados na banca, sem, porém, atentar para aquela manchete. O que eles viam e comentavam emocionadamente era a escalação do jogo Corinthians x Ponte Preta, finalistas do campeonato paulista naquele ano. Zezinho irritou-se com a banalidade com que tratavam aquela estatística, e pôs-se a falar com os torcedores, na banca. “Você ficam eufóricos com seus times enquanto esse horror de gente está morrendo” – todos olharam para ele – “mas amanhã mesmo seu filho, ou o meu, ou mesmo você pode morrer nesta guerra silenciosa”. O discurso na banca de jornal não causou muita comoção, e ele

resolveu ir além. Comprou uma edição daquela, entrou em uma papelaria, tirou uma cópia e plastificou-a. Parou a primeira mulher que viu na rua. Mostrou-lhe a manchete estampada naquela folha plastificada e pediu:

“Não falte à reunião de pais da escola de seu filho. Junte-se a outros pais e exija que a escola passe a ministrar aulas de noções de trânsito para as crianças não serem mortas no trânsito”. Convenceu a mulher, que não queria seu filho como mais um número daquela estatística. Ao contrário da memória, a indignação nunca abandonou Zezinho.

Passou a participar de debates em sua comunidade, nas escolas, nas igrejas. Ao defender a Educação no Trânsito em um debate com professores da Universidade de São Paulo, quando estavam presentes padres, pastores evangélicos, sindicalistas, ouviu que o que estava tentando promover não levaria a nada. Ouviu também que os brasileiros eram retrógrados, e jamais permitiriam que as crianças chamassem a atenção dos pais no trânsito. O eletricitista Antônio chegou a encontrar-se com o educador Paulo Freire, então secretário de Educação na cidade (de 1989 a 1991), mas sua proposta não foi bem recebida. Depois de reconhecida sua importância, o movimento tomou as pré-escolas de todo o Brasil e desembocou em um código de trânsito, promulgado em 1997. Hoje a Educação no Trânsito é um programa do Ministério da Educação, e a figura de Zezinho, andando nas ruas com um jornal plastificado e chamando a atenção das pessoas, é parte disso também.

Um jatobá caído, um córrego, duas mulheres familiares em uma região familiar... Os *flashes* de lembranças começaram a iluminar a memória de Zezinho somente em 1996, após ver as imagens de uma reportagem na televisão. A matéria fora veiculada pela rede Globo, e trazia duas sobreviventes da guerrilha do Araguaia: Criméia Alice de Almeida e Elza Monnerat. A primeira delas Zezinho havia retirado grávida da mata, carregando-a rio abaixo em agosto de 1972. A 12 de abril daquele ano, o Exército Brasileiro iniciou uma operação de combate aos guerrilheiros do PC do B, que viviam em três destacamentos (A, B e C) dentro da mata. O Exército mantinha bases militares em cidades da região, como Xambioá e Marabá. Os guerrilheiros, conhecidos como “paulistas”, chegaram ao local antes, por volta de 1966, e conquistaram a simpatia dos camponeses; eram médicos, professores, estudantes, que deram assistência àquelas pessoas abandonadas pelo poder público. Vinham das cidades, onde a repressão política, a tortura e os assassinatos eram praticados em larga escala contra os opositores do regime militar.

A tática da guerrilha no campo foi idealizada pelo PC do B como alternativa à guerrilha urbana. João Amazonas, presidente do Partido (falecido em 2002) e o militante

Maurício Graboys foram responsáveis por formar uma frente guerrilheira na região do Araguaia. Pedro Pomar foi designado para outra frente, na região do Vale do Ribeira, em São Paulo. Um terceiro núcleo também tentou se constituir no Maranhão e Ceará, mas foi reprimido. O único que vingou foi o organizado por Amazonas e Graboys, na região que se liga à floresta amazônica.

O presidente da época, Emílio Garrastazu Médici, empregou cerca de 10 mil homens contra 69 guerrilheiros – entre homens e mulheres. Como todos eles, Micheas usava um codinome: Zezinho. Dos 69, poucos sobreviveram – além de Criméia, Elza e Zezinho, o ex-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, Danilo Carneiro, Dower Cavalcanti, Ângelo Arroyo, entre alguns outros. Zezinho era chamado de “Homem Invisível” pelos militares, pois sabia se atocaiar na mata, vigiava a movimentação dos soldados distante apenas alguns metros das bases, e ainda assim nunca foi visto. Além disso, por ter nascido na região, Zezinho facilmente se passava por um morador local. Ele é o único sobrevivente que esteve em todas as fases da guerrilha.

Quando o Exército começou com suas investidas, povoados como Palestina, São Domingos e Brejo Grande tiveram quase todos seus habitantes presos – em apenas um dia, cerca de 150 pessoas foram detidas e torturadas sem, na maioria dos casos, saber o porquê. Os militares chegavam a disfarçar-se de técnicos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) prometendo terras e confundindo a população, a quem obrigavam a delatar vizinhos, parentes e amigos. Até hoje, as Forças Armadas se recusam a dar informações precisas sobre as operações, envolvendo a história em um silêncio sepulcral. Muitos têm medo de romper o silêncio por causa da presença de personagens do massacre na região, como o “major Curió”, o coronel Sebastião Rodrigues de Moura, prefeito de *Curionópolis* (cidade a 800 km de Belém).

Na noite em que viu a reportagem, porém, Zezinho não entendeu do que se tratava tudo aquilo e nem pôde ouvir o que falavam na televisão. Só incrustou uma idéia na sua cabeça: aquelas mulheres tinham a chave da sua história. Ele tinha “absoluta certeza” de que as conhecia, mas não sabia de quando, nem de onde. Naquela noite, não conseguiu dormir. Sua mente fervilhava. Quais os nomes das mulheres? Como chegaria até elas? Onde moravam? Por quê, afinal, procurá-las? Sua cabeça era uma interrogação.

Amanheceu, e a única saída em que pôde pensar era procurar a emissora. Contar-lhes sua aflição. Decidiu ir até o prédio da Globo, na Rua das Palmeiras.

“Quem poderia reprisar essa notícia para mim?”, perguntou, atordoado, aos funcionários da emissora. Ainda sem conhecer o motivo de seu próprio interesse, foi

submetido a uma enxurrada de perguntas às quais não sabia responder. Os olhares resabiados e curiosos dos funcionários lhe davam a impressão de que não acreditavam na sua história. Quando lembra disso, hoje, Zezinho consegue decifrar aqueles olhares: “pensaram que eu era um morador de rua, da maneira como eu estava vestido”. Vai ver pensaram que queria aparecer. Ou não tinha juízo.

Foi trabalhar, mas “não conseguia fazer nada direito”. Só pensava nas mulheres da reportagem, no córrego, no jatobá caído. Toda sua atenção estava voltada para achar uma resposta para aquele mistério. Saiu correndo do trabalho, mais cedo, e ligou a televisão. Zezinho pensou que, com sua ida à emissora naquela manhã, reprisariam a matéria no jornal. Mais uma frustração: a reportagem com as duas mulheres não foi repetida. Zezinho, então, desligou a televisão e foi participar de um debate, no bairro em que morava. A convidada era a ex-Secretária municipal de Transportes, Tereza Lajolo, do Partido dos Trabalhadores. Ainda com a idéia fixa de descobrir quem eram as senhoras da televisão, tinha certeza de que Tereza poderia ajudá-lo. A ansiedade de Zezinho durante aquele debate era tão grande que as palavras entravam por um ouvido e saíam pelo outro. Ele sequer lembra qual foi o tema debatido naquela noite, e o tempo nunca demorou tanto para passar: “aquela hora e meia foi a eternidade multiplicada por quatro. Interminável”. O tempo todo ele pensava em como abordar a ex-Secretária, como explicar a situação.

“A senhora assistiu aquela reportagem de ontem, na Rede Globo?” – Zezinho perguntou, mas não conseguia prestar atenção em nada que Tereza Lajolo falasse. Aliás, tudo o que ela falou, falou, falou, ele esqueceu. E tudo o que ela perguntava, ele não sabia responder.

“Mas a senhora viu aquelas duas mulheres?”, tentou novamente.

“Aquela que estava com um peixe na mão?”.

E ele lá tinha visto peixe na mão de alguém! Tampouco sabia que a outra estava no meio da rodovia... Ele queria saber seus nomes. Saber quem eram.

“A que estava com um peixe na mão era Criméia e a outra, Elza Monnerat”, explicou Tereza, e recomeçou a contar a história... Até que Zezinho, impaciente, interrompeu.

“Mas a senhora é mesmo amiga das duas? Então me passa o telefone. Preciso falar urgentemente com elas”.

Tereza conhecia a Criméia do movimento de mulheres, mas não entendeu o interesse súbito daquele senhor. Começou o interrogatório. Mas quem é você? Por que quer saber delas? Zezinho, atordoado, preso entre a ansiedade da ex-Secretária em saber quem ele era e sua ansiedade de saber quem eram aquelas mulheres, não conseguia se explicar. De repente, ela agarrou os braços de Zezinho e o sacudiu:

“Desembucha! Fala!”

“Você lembra daquele tubo em que ela estava em cima, longe da estrada porque a água levou? Por ali eu retirei aquela mulher”

“Mas em que ano? Você era camponês?”

Zezinho não lembrava de mais nada. Tereza Lajolo o abraçou, emocionada, e prometeu conseguir o contato de Criméia. Cumpriu sua promessa ainda naquela noite, mas já à 1 hora da madrugada. Marcaram um almoço para o dia seguinte, com a guerrilheira que Zezinho tirou grávida da mata. A família de Antônio de Oliveira, o electricista, acostumada a vê-lo trabalhar 18 horas por dia, sem domingo nem feriado, estranhou a quebra da rotina de 22 anos para um almoço, em pleno dia de semana. Até seus vizinhos pensaram que estava louco.

“Antônio”, disse Tereza, durante o almoço, “amanhã, serão velados os restos mortais de uma companheira sua, Maria Lúcia Petit, que foi identificada no cemitério de Xambioá. Todos os familiares de outros companheiros de batalha estarão lá, você não pode faltar”.

Mas encontrar com os familiares na sessão solene na Câmara Municipal, ver fotos antigas de companheiros não lhe dizia nada. Ele precisava reencontrar João Amazonas, do PC do B, e Elza Monnerat. Queria se reencontrar com o partido. Zezinho conseguiu o telefone da Terezinha, irmã de um grande companheiro seu, Nunes – o Divino Ferreira de Souza. Seu companheiro de guerrilha, morto no confronto com um tiro na espinha, também estivera na China e era de Goiânia. Vendo que sua agonia não terminaria em São Paulo, decidiu ir para lá.

A distância da capital paulista à capital goiana era muito grande para o seu orçamento de electricista. Além disso, quando mudou da Mooca para a periferia, perdera muitos clientes, pois os trajetos não levavam menos do que 50 minutos com o trânsito bom, ou duas horas quando complicava. Decidiu recorrer a José Genoíno, que reencontrou no velório de Maria Lúcia Petit. Naquele dia, Genoíno conta que reconheceu Zezinho imediatamente, “porque ele é uma pessoa muito fácil de lembrar”. E levou um susto: “rapaaz! Você escapou?!”. Ele fazia perguntas e Zezinho ia lembrando das histórias, e assim tiveram muitas conversas, agradáveis e saudosas. Depois de ter almoçado na casa de Genoíno, Zezinho o procurou em seu escritório.

“Gera”, ainda usava o apelido de Genoíno à época da guerrilha, Geraldo, “preciso de uma passagem para Goiânia para me reencontrar, pois ainda não sei quem sou. Preciso de sua ajuda”.

Genoíno perguntou-lhe como ele queria ir.

“Se eu fosse você, e se você estivesse na mesma condição que eu, eu te colocaria no mesmo avião que me leva para Brasília, e te colocaria em um helicóptero até Goiânia. Mas como eu não sou você, e você não sou eu, estou pedindo de você aquilo que você puder”, e continuou: “e se não puder eu chego lá nem que seja em cima de um marimbondo, ou à pé”.

José Genoíno, o Gera, abraçou Zezinho e telefonou-lhe no dia seguinte, para que retirasse a passagem. A viagem a Goiânia durou de novembro até o carnaval de 1997, o que deixou a família do eletricista ainda mais perplexa. E foi lá que Zezinho do Araguaia deu sua primeira entrevista, a dois pesquisadores da história da guerrilha. Um havia escrito um livro, e adiou o lançamento quando soube do senhor que estava recobrando a memória; o outro estava para defender uma tese de doutorado na França, e também se interessava muito em obter o depoimento de um ex-combatente. Ao final da entrevista, na casa de Terezinha, os dois abraçaram Zezinho e lhe disseram: “Zezinho, rapaz, você acaba de derreter. Estava petrificado, em gelo, e agora está voltando...”. O significado daquela frase até hoje ele não entende bem. Só sabe que, até hoje, ainda há coisas para lembrar. E por isso continua sua terapia de resgatar o passado, voltando várias vezes por mês a Xambioá: nunca mais quer esquecer.

O avião pousou em Palmas por volta das 23 horas. O aeroporto era muito longe do centro da cidade, onde estavam os hotéis, e, à noite, o trajeto de táxi ficava ainda mais caro. Zezinho costumava fazer a viagem Goiás - Tocantins de ônibus, para ficar mais barato, mas às vezes aproveita alguma promoção de avião. Além da necessidade de estar em contato com o passado, mais duas atividades prendem Zezinho àquela região: a construção de um grande Memorial do Araguaia, um centro cultural idealizado para registrar a história da guerrilha; e o pedido de indenização da Anistia para camponeses que sofreram com a repressão militar – motivos pelos quais ele está sempre em Brasília, também.

Zezinho entrou no táxi e pediu sugestão de lugar para passar a noite ao motorista, já que o ônibus para Araguaína – de onde pegaria outro, para Xambioá – só parte de manhã, às 7 horas. Ao ver um sujeito de terno e malas, o taxista não hesitou: queria levá-lo para o hotel mais caro dali, cuja diária custava em torno de 70 reais.

“Amigo”, falou Zezinho pausadamente, sorrindo, “estou usando esta fantasia aqui porque é necessário. Senão ninguém respeita. Mas é como se eu estivesse nu, vestido! Se me põem de cabeça para baixo e sacodem, não cai um vintém!”, e ria mais ainda. “Olha, pode ser o mais barato que tiver”.

O motorista, então, sugeriu o Hotel São Paulo, com diária de 15 reais com café da manhã. Esse estava perfeito.

“E quem está por cima aqui, nas pesquisas eleitorais, hum?”, perguntou Zezinho, que estava, dessa vez, mais disposto a ouvir do que falar.

“Ah, o Lula, aqui, tem 70% de votos”, respondeu o taxista, ainda meio ressabiado. Zezinho ficou satisfeito, pois gosta do presidente Luis Inácio Lula da Silva, e também votaria nele. Perguntou o que o taxista achava de Lula.

“Vou dizer uma coisa pro senhor. A gente nunca comia carne. Agora já pode comer que é uma beleza, sempre tem bife, frango... Podem falar o que for, mas quem é pobre vota no Lula. A coisa por aqui melhorou muito”.

Agora era a vez de Zezinho falar. Falou do presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso, falou sobre neoliberalismo e privatizações; durante o trajeto, que custou 45 reais, o motorista só concordava com ele.

Na manhã seguinte, uma *van* que buscava passageiros de hotel em hotel pegou Zezinho às 6h40. Mais uma passagem, menos 40 reais. Todas essas idas e vindas a Brasília, Xambioá e arredores lhe custavam muito. Ele vive com uma pensão de dois mil e quinhentos reais por mês, desde 2003, quando lhe foi deferida sua indenização pela Comissão de Anistia, de acordo com a Lei 10.559, de 2002. “Se fosse outro, pegava o dinheiro, e ó! Chispava. Mas eu, não. Eu morreria de tédio!”, diz. Ele só se sentirá justificado, de fato, quando todos os outros camponeses também conseguirem suas indenizações: “só considero meu processo julgado e deferido quando não tiver mais nenhum companheiro que sofreu comigo passando por uma situação difícil”. E, nesta empreitada, ninguém o ajuda financeiramente. Há, também, os gastos com telefone e celular – somente no último mês, Zezinho recebera uma conta de telefone fixo de 800 reais por causa das ligações interurbanas a Brasília, Pará e Tocantins, que precisa fazer constantemente. Isso sem contar o aluguel da casa em que vive em Goiânia, com sua esposa, Josefa. Depois que resolveu se mudar de São Paulo, vendeu a casa que tinha por 20 mil reais e prometeu outra à sua mulher, na nova cidade. O que fez, porém, foi comprar com esse dinheiro um terreno em Xambioá, em 2006, para construir o Memorial. Orgulhosa do marido, Josefa consentiu.

Quando o chamam de ex-guerrilheiro, a correção vem prontamente: *ainda* é guerrilheiro. E suas lutas são as mais variadas: educação no trânsito, direito do consumidor, a falta de áreas de lazer nos bairros pobres, a luta contra barragens que desalojam comunidades inteiras, o desmatamento do cerrado; no fundo, tudo é motivo, todo assunto em que estiver evidenciada alguma injustiça é alvo de sua indignação.

Ainda a caminho de Araguaína, um vendedor subiu na *van*, com sacolas e cestas cheias de artesanato feito de capim dourado. Começou a mostrar o trabalho – pulseiras, bolsas, brincos, colares – a uma mulher bem vestida, com óculos escuros, que sentava no banco ao lado do que estava Zezinho. Ele a observava, enquanto ela olhava as peças e perguntava preços – todas muito caras, já que o capim dourado só é dourado no Cerrado do Jalapão, interior do Tocantins. Como a mulher usava algumas pulseiras feitas da planta, o vendedor jogou toda a sua lábia para cima dela, aparentemente a única com condições de comprar isso por ali.

“Vocês sabiam que esse capim dourado só dá em uma região, por aqui?”, Zezinho levantou a voz, e dirigiu-se aos dois.

“Pois é. O cara que faz isso aqui tem que ir cada vez mais longe, buscar. Por isso é tão caro”

“Mas será que ninguém percebe que isso vai acabar?”, elevou o tom de voz, como se o discurso já fosse para todos os passageiros. Explicou a origem do capim, os nutrientes de que ele precisa, o tipo de terra em que pode ser semeado...

“Se levar para outro lugar, para plantar, ele não nasce”. Tanto a mulher quanto o vendedor concordavam com ele, como se a carapuça não lhes servisse. Por fim, a mulher fez que já tinha visto tudo, obrigada, e o vendedor foi embora. Zezinho cochichou com tom de criança que acaba de aprontar alguma coisa. “Você viu a cara dela, menina?!”.

Seis horas de estrada depois, a *van* chegou a Araguaína. A rodoviária apertada, cheia de lojas de bugigangas *made in china*, tinha apenas um restaurante churrascaria – onde se via pouca carne. Zezinho serviu-se do almoço que estava no centro do pequeno salão, coberto de tule por causa da infestação de moscas; havia opção de refeição “com carne” e “sem carne”, sendo que a primeira praticamente dobrava o preço do almoço. Escolheu a “sem carne” e montou seu prato com arroz, feijão, beterraba e um pedacinho de uma carne qualquer que pediu ao garçom, já que as misturas oferecidas pelo restaurante haviam acabado.

O calor, nessa região, é escaldante mesmo no período em que chamamos de “inverno”, no Brasil. Aliás, as estações do ano são trocadas no norte do país, e o que chamamos de verão no Sul é inverno lá, e vice-versa. A diferença é que no inverno do norte chove mais, diminuindo um pouco a temperatura. Como a época era do verão *deles*, o teto de zinco do restaurante parecia pegar fogo. A primeira coisa que chama a atenção, então, é o ventilador desligado. Aquilo ainda não era calor de verdade, para eles e para

Zezinho. “Isso aqui ainda é fresquinho!”, diz Zezinho, espantando as moscas que rondavam seu prato.

Quando acabou de comer, apareceu em frente à mesa um menino magrinho de cabelo claro, formato tigelinha, com um caixote de engraxar sapatos a tiracolo.

“Vai uma graxa, senhor?”

Zezinho olhou para o menino, demorou alguns segundos e respondeu:

“Tem marrrom?”

Tinha. O menino começou a tirar as latinhas de sua caixa, e Zezinho perguntou sua idade: 12 anos.

Micheas também havia sido engraxate, na sua infância em Belém. Com aquela mesma idade, calçou seu primeiro par de sapatos, confeccionado por ele mesmo. Apesar de passar a maior parte da infância na capital do Pará, aquele menino que se tornaria o Zezinho do Araguaia nasceu na cidadezinha de Capanema, a 30 de janeiro de 1938. A cidade fica às margens de um rio de mesmo nome. Há muito tempo ele não passa por lá, e não sabe se o rio continua a ter aquelas águas clarinhas, de onde se vê o leito a qualquer profundidade.

Quando Micheas tinha três anos, seu pai levou 37 famílias – além da sua – para implementar a agricultura na Ilha de Marajó, no município de Soure, a cerca de 4 horas de Belém. Micheas foi com outros irmãos, do primeiro casamento de seu pai. Nascido em 1901, seu pai era um sujeito alto, ao contrário de Zezinho – tinha 2 metros e 5 centímetros –, e se casou três vezes. Foi pai de 25 filhos. “Ele nunca teve uma mulher fora do casamento, mas também nunca ficou sem mulher”, brinca Zezinho. Assim, o futuro guerrilheiro nasceu no mato e se criou na selava, em harmonia com os animais naturais dali – o que seria muito útil em suas missões de resgate e reconhecimento no Araguaia.

Na sua casa de Icoraci, ainda na ilha de Marajó, o pai de Zezinho criava uma jibóia no quintal. Todos os dias pela manhã, o pequeno Micheas acariciava a cabeça gelada da cobra, de quem não tinha medo nenhum. “Ela era muito boazinha, nunca nos roubou nenhuma galinha.”, conta. Apesar de ter apenas uns 3 ou 4 anos na época, a lembrança está muito viva na sua memória. Por isso ele se lembra bem como foi triste o dia em que sua jibóia de estimação morreu. A mãe de Micheas não estava “muito bem da cabeça”, depois de um parto difícil.

“Ela ficou louca”, contou Zezinho, enquanto puxava a calça para mostrar uma marca na sua perna. “Isso aqui foi uma lambada que ela me deu quando eu era pequeno”.

O pai de Zezinho havia cortado alguns galhos de goiabeira – ah! Tinha tantas frutas naquele quinta! – e ateado fogo neles. A mãe de Zezinho, que simplesmente odiava a jibóia, enfureceu-se quando viu o menino perto da cobra. Pegou um dos galhinhos secos

de goiabeira e começou a chicoteá-lo, cortando sua perna. Depois, pegou um machado e “matou a bichinha, que ficou bem quietinha enquanto morria”. Zezinho ainda tem na cabeça a imagem de sua mãe gritando: “Isso aqui é uma serpeeente!”.

Ela morreu em Icoraci vítima de tuberculose, quando Zezinho tinha 7 anos. Enquanto esteve doente, era ele quem lhe dava banho, ensaboava, secava, cozinhava para ela e para os irmãos. Zezinho lembra-se do que ela falou, deitada em sua cama, minutos antes de morrer:

“Procurem sempre aprender com os mais velhos, mas prestem atenção: nem todos se dão o respeito”. Pediu um copo d’água a Zezinho. Quando ele voltou, ela havia falecido.

Sapato engraxado, o menino olhou para Zezinho, esperando seu pagamento.

“Quanto você me deve?”, perguntou ao menino, sorrindo. Zezinho costuma agradecer com todo mundo, conheça o interlocutor há 2 minutos ou 20 anos. Tirou do bolso da camisa um nota de cinco reais e lhe estendeu.

Antes de tomar o micro-ônibus da Viação Lontra rumo a Xambioá, Zezinho resolveu ver uma amiga da cidade, a professora Verônica. Era uma loira de olhos claros, jovem, que chegou à rodoviária de moto (uma “menina muito linda”, diz Zezinho). Ligou para sua casa e insistiu que viesse até a rodoviária, pois precisava falar urgentemente com ela.

“Vera, você deveria ter escrito um projeto! Olha só todos estes daqui que falam de meio-ambiente”, Zezinho passava o dedo por uma lista, “você deveria ter apresentado o seu”. A professora atuava em um grupo de circo-escola.

“Eu sei, mas faltou fazer o detalhamento financeiro, eu não tenho paciência!”.

Zezinho tirou de sua maleta de couro uma pasta, e puxou um punhado de folhas. Era o projeto do Memorial do Araguaia. Durante os cinco anos que passou aprendendo, sozinho, a elaborar um projeto, Zezinho decidiu que não poderia deixar a construção de um centro cultural ficar a cargo da administração pública, ou ela nunca sairia do papel. Em 2005, fundou, com outros moradores da região, o IAPA – Instituto de Apoio aos Povos do Araguaia – para apresentar, por meio dessa Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) o projeto de um grande centro “cultural, literário e científico”, como diz Zezinho, para registrar a história da guerrilha. “Um símbolo de como éramos felizes antes dos militares chegarem”. Seria, também, uma das únicas opções de lazer para a população dali, pois prevê anfiteatro, uma sala de cinema, biblioteca. Ele conta que o memorial foi um dos três pedidos da população de Xambioá da primeira vez que voltou lá, em 2001. Os outros dois eram a ajuda contra a construção da hidrelétrica de Santa Izabel, que

desalojaria centenas de famílias na região – e que de fato não foi construída, com a mobilização – e a fundação de um Instituto.

A novidade que Zezinho precisava falar a todos que encontrava, naquela semana, era que o projeto havia sido aprovado no Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e estava, agora, em última instância de análise no Ministério da Cultura. O conteúdo técnico seria analisado dali a dois dias, e isso o deixava ansioso. O Memorial do Araguaia custa mais de dois milhões e meio de reais.

O caminho até o Ministério foi sinuoso, cheio de obstáculos. O local ideal para sua construção seria, para Zezinho, a Serra das Andorinhas. O lugar carrega uma simbologia: foi palco da guerrilha e de lá se vêem 25 quilômetros do rio Araguaia acima e outros 25, rio abaixo – até onde a vista alcança. O próprio dono não sabia, no entanto, que aquelas terras estavam em situação irregular e não poderiam ser utilizadas.

O segundo terreno onde tentou construir o Memorial, na entrada da cidade, é da prefeitura. Fica em torno de uma estátua de Cristo com os braços abertos, um pequeno Cristo Redentor, que tem aos seus pés letras brancas e quadradas formando o nome da cidade, X A M B I O Á. Foi doado para o projeto pelo então prefeito Júnior Leite (do PP – Partido Progressista), mas estava em litígio e ainda não tivera sua situação regularizada. O novo prefeito Richard Santiago Pereira (do PFL – Partido da Frente Liberal) foi eleito em 2004 sob a promessa de levar a cabo a construção do Memorial; apesar das promessas, não moveu uma palha quando descobriu que o terreno não tinha escritura. Era preciso disponibilizar aquele pedaço de terra rapidamente, pois o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) havia conseguido pleitear uma emenda de 500 mil reais para o centro cultural, que foi tendo seu valor diminuído enquanto a pendenga do terreno se arrastava. Até que foi cancelada.

Ali naquele espaço já havia uma pequena obra de alvenaria, um mausoléu com quatro mastros – destinados às bandeiras do Brasil, do Tocantins, de Xambioá e do PC do B – e a pedra fundamental, onde seria erguido um obelisco em homenagem aos guerrilheiros mortos. Aqueles símbolos registravam que as cinzas de João Amazonas foram espalhadas ali, no dia 21 de julho de 2003. Na solenidade estavam presentes moradores emocionados, lideranças locais, representantes do Governo Estadual e da Câmara dos Deputados, professores e estudantes com faixas e cartazes. Os sinos da igreja dobraram e o prefeito decretou aquele dia feriado municipal.

No dia 11 de março de 2005, tratores passaram por cima de tudo aquilo, removeram o solo e arrancaram toda a vegetação do terreno de 9 mil metros quadrados. Por ordem do prefeito. A área foi cedida ao Governo do Estado de Tocantins para abrigar

um complexo de fiscalização da receita estadual. Tudo o que restou foi a placa de homenagem, que Richard pediu para ser retirada e entregue aos comunistas.

O caso ganhou repercussão nacional nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, e, naquela semana, o telefone da Prefeitura não parou de tocar. Apavorado com a dimensão inesperada que tomara o episódio, Richard tentou dividir sua culpa com Zezinho. Alegou que o ex-guerrilheiro havia lhe dado carta branca; Zezinho, por sorte, estava na cidade e pôde desmentir – não sabia de nada. Ao invés de afrontá-lo, Zezinho deu-lhe uma alternativa: por que não guarda toda aquela terra para, simbolicamente, juntarmos ao outro terreno quando o memorial for construído? Segundo Zezinho, a caçamba com a terra ainda está lá, na prefeitura, aguardando o final desta história.

O terceiro terreno, por fim, está garantido. Foi comprado por Zezinho pelo valor de 15 mil reais, dinheiro da casa que vendeu em São Paulo. Havia sido oferecido por 10 mil, mas, depois de saber da saga que aquele Memorial já causara por ali, o dono subiu o preço. Os arquitetos que Zezinho contratou tiveram que adaptar o projeto mais uma vez. Zezinho nunca desistiu, e ligou para parlamentares e amigos avisando da tramitação no Ministério da Cultura. Sem querer depender mais de financiamento público, decidiu apresentar o projeto pela Lei Rouanet, que permite isenção fiscal para empresas que apoiarem projetos culturais. E agora só falta a aprovação do Ministério para “correr atrás do dinheiro”.

“Eu não sei de onde esse menino aqui tira tanta energia!”, disse Vera com a mão no ombro de Zezinho.

“Olha, menina, vou te mostrar uma coisa que guardo comigo”, e tirou uma agenda preta de sua maleta. Abriu, folheou, e tirou um pedaço de papel dobrado. Deu para ela ler:

Gandhi, o homem que colocou de joelhos o arrogante Império Britânico, tinha uma aparência frágil e podia ser classificado como tímido crônico. Seu visual era um fracasso. Certa vez, desprezado em uma mesa de negociações, Gandhi tranqüilizou um de seus companheiros com a seguinte observação: "Primeiro eles o ignoram, depois o ridicularizam, em seguida o combatem e, por fim, você vence".

Essa é a lição que eu levo, disse Zezinho, enquanto dobrava e guardava novamente o papel. Uma hora de conversa depois, começava a ficar tarde para seguir

viagem. Correu até o ônibus das 16:30, que já estava partindo, para chegar a Xambioá antes de anoitecer.

Toda vez que passa de Araguaína e se aproxima de Xambioá, Zezinho sente arrepios que não consegue descrever. É como se ele pudesse visitar seus antigos companheiros de guerrilha também. Pela janela, viu a paisagem de cerrado - que já faz parte da Amazônia legal - e se entristeceu com o desmatamento. Mesmo assim, os laranjas, vermelhos e amarelos que se misturavam ao azul do céu no pôr-do-sol faziam daquele quadro uma cena exuberante. Ele olhava através das lentes de seus óculos que se escureciam com a luminosidade, e o vento que batia no seu rosto indicava que o ônibus desenvolvia uma velocidade razoável. Com ela, a viagem não demoraria muito mais do que duas horas. Muito diferente da época do confronto com o Exército. Esse trajeto levava dias, com os militantes montados a cavalo ou a pé, com mochila nas costas. No último caso, a estratégia era passar despercebido pela mata, o que dificultava ainda mais a viagem. E ainda havia semanas inteiras em que não parava de chover e, mesmo assim, era preciso seguir o caminho.

A comunicação também não era fácil, mas Zezinho orgulha-se da criatividade com que eles davam um "jeitinho" para falar com companheiros que estavam até em Araguaína. Do alto da Serra das Andorinhas, eles mandavam código com o brilho de espelhos e passavam informações. Zezinho ri quando diz que era mais fácil do que fazer um telefonema, hoje. "E os militares ficavam intrigadíssimos, se perguntando como conseguíamos nos falar de distâncias tão longas".

Mas os longos trajetos nunca foram um problema para Zezinho. Saiu da Ilha de Marajó e botou o pé na estrada ainda adolescente, rumo à capital do Estado do Amapá, Macapá, para trabalhar na primeira estrada de ferro de bitola larga no Brasil. Eram 240 quilômetros de onde era feita a extração do minério de manganês até o porto de Santana; Zezinho impressionou-se com o porto flutuante, que disseram ter sido construído sobre maior profundidade na América Latina.

De lá, foi para Goiás. Foi seguir o rastro da Revolta Camponesa de Trombas e Formoso, de que ouvira falar. A região conhecida como Trombas, no meio-norte goiano, abrigou uma república camponesa nos anos 50 liderada pelo lendário José Porfírio de Souza, e aguçou a curiosidade do jovem Micheas. Era um lugar de terras férteis, onde os camponeses passavam tempos de prosperidade desde o final dos anos 40. "A gente conhecia a história de Canudos, que o governo e o exército brasileiro esmagaram. E como é que esses camponeses conseguiam se manter? Eu queria descobrir o segredo daquilo". A

sobrancelha de Zezinho levantava e os olhos arregalavam enquanto contava essa história. Mas ninguém sabia lhe dizer onde ficava. Ele precisava descobrir.

Como Brasília possuía uma aglomeração maior de pessoas, com o início de sua construção, em 1956, Zezinho decidiu ir para lá. Ali, pensava, a probabilidade de alguém saber de Trombas e Formoso era maior. Trabalhou na construção da cidade, mas as imagens da sua lembrança não são as que vêm à cabeça de qualquer pessoa, como as ruas organizadas, os monumentos da Praça dos Três Poderes, os cartões postais. Só quem estava na construção viu dezenas de emas passando ao largo da esplanada dos ministérios, ao lado dos operários. E pegou dezenas de cobras, urutu, cascavel, para mandar ao Instituto Butantã, em São Paulo. Também não viu as pessoas mortas que Zezinho encontrava nas ruas. "Morria tanta gente, naquela época, ali... eu nem sei por quê". E os umbuzeiros todos, na hora de fazer a escavação! Tinha que tirar aquela batata que é a raiz, e chegou a comer muito umbu, também.

Só ficou sabendo do que acontecera a Trombas e Formoso em 1961, depois da inauguração de Brasília. As terras férteis e devolutas, ocupadas pelos camponeses desde 1948, começaram a ser tomadas por fazendeiros em um engenhoso processo de grilagem, com os rumores da construção da rodovia Belém-Brasília. Os camponeses decidiram, então, se organizar para reivindicar judicialmente a propriedade. Após dura perseguição, desenganados, partiram para o enfrentamento e resistência. Zezinho esteve lá em 1961, quando teve a maior satisfação de sua vida: conheceu Zé Porfírio. Impressionou-se com sua humildade e diz que até hoje não consegue descrever o encontro. Um ano antes, Porfírio havia sido eleito deputado estadual com a segunda maior votação daquele pleito, o primeiro deputado camponês do Brasil. Zezinho abraçou o lendário Porfírio em uma casinha de pau-a-pique, coberta de palha. "Uma sabedoria, uma humildade..." e faltam-lhe as palavras.

José Porfírio teve seu mandato caçado com a ditadura militar que se instalou no país em 1º de abril de 1964, quando o Exército ocupou Trombas e Formoso e dispersou a população à força. Porfírio desapareceu, e até hoje é um dos chamados desaparecidos políticos que a ditadura fabricou.

Micheas também foi considerado perigoso para o governo brasileiro na ditadura. Depois da construção de Brasília, decidiu partir para Goiânia, e voltou a estudar. Como não poderia deixar de ser, envolveu-se com o movimento estudantil secundarista e fez campanha para garantir o restaurante do colégio, onde se servia comida no bandejão gratuitamente. Integrava a Juventude Operária Católica, a JOC, e fez parte do "Grupo dos Onze" organizado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que consistia na formação de comandos em todo o país para organizar a luta armada; fez treinamento militar e

participava das discussões sobre a escolha de lugares para desenvolver um movimento armado, caso precisasse. Na iminência do golpe, Zezinho militava na dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B). O PCB, alinhado à matriz soviética, resolveu abrandar as formas de agir no seu V Congresso, em 1960, e provocou o cisma ideológico que deu origem ao PC do B. Seguindo o maior ideólogo da revolução chinesa, Mao Tse-tung, o partido de Zezinho acreditava não ser possível atingir o poder pelas vias democráticas e aderiu ao ensinamento de Mao: “não é possível transformar o mundo a não ser com um fuzil”. O PC do B foi, portanto, buscar na China a fórmula da “guerra popular prolongada” e mandou militantes para serem treinados.

Quando, em 1966, Zezinho foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (n.º 1.802 de 1953) por sua atuação política, partiu com cerca de 15 companheiros do PC do B para o outro lado do mundo. Ele pisou no aeroporto de Pequim e achou que não fosse agüentar aquele peso todo em seus ombros: ali estavam, para recebê-los, todos os ministros de Estado da China, como Chou En-Lai e Teng Hsiao-ping. A partir daí, sabia que deveria honrar seu compromisso com a guerrilha até o fim.

Não era para a viagem na Ásia se estender tanto, mas os militantes ficaram no país por um ano e meio. O cerco da CIA, inteligência estadunidense, dificultava a chegada e saída de militantes. Divino, amigo goiano de Zezinho, quase foi pego no Paquistão, quando os Estados Unidos barraram seu avião por duas horas. Na China eles aprenderam a manejar armas e explosivos, mas também conviveram com o povo camponês e com seu jeito de superar as dificuldades. Da China e do seu mandarim de 10 mil caracteres, para Zezinho, ficam apenas algumas palavras distantes, soltas na memória. Ni Hou, um cumprimento. Zaijian, até logo. E, ao conhecer a luta do povo oprimido em qualquer parte do mundo, uma certeza: a luta pela liberdade não começou e nem acabou com a guerrilha do Araguaia; Zezinho diz que já vinha do quilombo de Palmares, da resistência dos povos indígenas, de Trombas e Formoso e continua, agora com os sem-terra. E é deste lado da história que ele vai estar, sempre.

Já havia escurecido quando o ônibus chegou a Xambioá, cidade de 12 mil habitantes à beira do rio Araguaia. As pessoas dali costumam ficar à porta de suas casas para conversar nas noites quentes, sentadas em cadeiras coloridas que se vêem por toda a cidade. São trançadas com um plástico, o “macarrão de cadeira”, que pode ser repostado quando arrebenta. De tempos em tempos, um caminhão passa vendendo cadeiras como essas por cerca de 40 reais. Zezinho disparava cumprimentos calorosos para todos os lados, como um parente sumido há muito tempo.

Há pequenos hotéis e pousadas na cidade, cujos donos são, inclusive, amigos de Zezinho; mas ele prefere ficar hospedado na casa das pessoas. E há muitos que gostam de recebê-lo, por ali. Para não sobrecarregar uma casa só, ele vai trocando a cada noite. Passou primeiro na casa do Professor Paulo, ou simplesmente a casa do Professor, como todos conhecem por ali. Paulo é um entusiasta da história da guerrilha, dá aulas de língua portuguesa e conheceu Zezinho quando ele revisitou a cidade em 2001, com a caravana de parlamentares da Comissão de Anistia. Desde então, é um amigo seu e um dos diretores do IAPA. Ele mora com a mãe, dona Genessi, e irmãos.

Na manhã seguinte, bem cedinho, Zezinho começou a sua jornada na região. Ele ficaria ali uns 10 dias (ou mais, se precisasse) e deveria aproveitar a estadia ao máximo para resolver todas as pendências. Começou a andar pelas ruas, que por ali são pavimentadas com bloquetes em forma de hexágono, já desgastadas, e pedras de seixo rolado. Era difícil ir muito longe, pois de esquina em esquina ele parava para conversar com alguém.

“Vamos entrar, Zezinho?”

“Preciso resolver umas coisas...”, ele respondeu, já entrando.

“Mas tá cedo!”

“Cedo pra você, que tá em casa! Tá bom, eu fico para um cafezinho, mas a demora é pouca”. E o diálogo se repetia várias vezes, por onde passava. Às vezes batia na porta de alguém, às vezes as pessoas o viam de longe e o chamavam, ou simplesmente se topavam na rua. E, com todos, o dedinho de prosa se estendia...

Descendo as ruas em direção ao rio, Zezinho cumprimentou um senhor calado, com um chapéu de camurça azul sujo de poeira de terra, calça jeans surrada, chinelo de tiras e uma camisa aberta, o corpo magro de tudo à vista.

“Menino!”, disse Zezinho, aproximando-se, “esse aqui é companheiro de sofrimento. Sofreu mais do que eu aqui”

O sujeito respondeu apenas com um aceno silencioso, de olhar vazio...

“Tudo de ruim a gente sabe contar, de bom não sabemos nada, não é mesmo?”, e o homem com a fala baixa, enrolada, disse que sim. E Zezinho, como estava? Sempre indo.

Despediram-se e Zezinho continuou com a caminhada. Menos de 50 metros depois, acenou para um outro homem, que subia a ladeira puxando um carrinho feito de madeira. Magro, mais do que o sujeito anterior, às vezes parecia que ele descia ladeira abaixo. Mas continuava, devagar.

“Esse aí é um outro pedaço da história de sofrimento deste lugar. Ele viu tanta coisa e não fala... Aquele outro caboclo entregou seus documentos, já tem muito tempo,

para o pedido de aposentadoria. Nunca mais lhe devolveram”, contou Zezinho, e depois olhou para o fim da rua.

Lembrou que deveria ir até o escritório de contabilidade. As ruas estavam todas decoradas com bandeirolas verdes e amarelas por causa da Copa do Mundo, que acontecia naquelas semanas, e algumas pessoas penduravam bandeiras do Brasil em suas janelas. Na entrada do escritório, onde se lia a placa *Escritório Vale do Araguaia – Contabilidade em Geral*, a recepcionista também pendurou uma, de plástico.

“Como vai você, menina? Parece que emagreceu demais, está com o rosto ruim...”. Zezinho costumava fazer gracejo às mulheres, mas também reparava que elas haviam emagrecido, ou engordado, e não hesitava em falar. Pelo menos é sincero...

“... é, eu estive doente, mas agora está tudo bem”, respondeu a moça sorrindo, meio desconcertada.

“Ah, então tá bom. E o patrão onde está, menina?”

“Na sala, ali. Pode entrar.”

Zezinho entrou na sala do dono do escritório, Luis Alves Pereira, um homem negro, de meia-idade, careca e simpático. Vestia uma camisa pólo branca, com as letras *Luis A. P.* bordadas no bolso. Zezinho queria apenas conferir os documentos que precisava para registrar um funcionário. Estava eufórico: Clodomiro, o contador, seria o primeiro funcionário de seu Instituto, o IAPA. O que era um pedido de informações de 5 minutos acabou virando uma conversa de quase uma hora.

“Aquela era uma época de fome, porque os militares tiravam até comida da população, só se comiam os restos que eles deixavam”, lembrou Luis, que desencadeou uma conversa sobre a permanência dos soldados na região, mesmo após o término “oficial” do conflito.

Essa é uma história pouco conhecida que Zezinho gosta de enfatizar. A guerrilha não acabou em 1975, quando os guerrilheiros foram mortos, e tiveram suas cabeças exibidas – e quando Zezinho e alguns companheiros conseguiram escapar. Os militares permaneceram em toda a região por mais alguns anos, aterrorizando os camponeses. Muitos ficaram literalmente em prisão domiciliar durante um ano inteiro, pois não podiam sair nem para cuidar de suas próprias roças.

A 38 quilômetros de São Geraldo do Araguaia (que hoje pertence ao município de Piçarra), a região conhecida como Perdidos abrigou um movimento armado dos posseiros em fins de 1976. Após o fim da guerrilha, os grileiros – incentivados pelo Estado e protegidos pelos militares – queriam tomar à força as terras de mais de mil famílias, segundo um dos líderes, João de Deus Nazário de Abreu. O episódio é conhecido como trincheira ou batalha de Perdidos. Para expulsar as famílias dali, o fazendeiro contava com

o apoio de pistoleiros, os próprios policiais militares; sabendo do ataque, mais de 250 homens se atocaiaram com as armas que tinham no mato, à espera de sua chegada. “Nós resistimos e eles tiveram que recuar”, contou João de Deus. Após a trincheira de Perdidos, o terror recrudesciu na região. Os militares prendiam e torturavam moradores em um raio de pelo menos 6 quilômetros, sem poupar mulheres ou crianças. João de Deus foi pego três dias depois e sua esposa, Diná, suas irmãs e seu padraсто já estavam presos. Diná e João de Deus, separados há 17 anos, e outros camponeses que foram torturados ou tiveram parentes mortos esperavam Zezinho naquela tarde, na casa de Neuza Rodrigues, para reunir documentos para o pedido de indenização...

...enquanto Zezinho conversava com Luis no escritório de contabilidade. Ele gosta quando ouve histórias que confirmem sua versão da guerrilha, e aquelas não conhecia. Luis lhe contou sobre o tempo em que era secretário do prefeito de Xambioá de 1971 a 1974, João Saraiva. Ele acompanhou a agonia do prefeito quando os militares lhe deram um prazo curtíssimo – até as 14 horas, do dia seguinte – para construir um aeroporto em que os aviões *Búfalos* pudessem pousar. Os mesmo aviões que Zezinho diz ter visto lotados de pessoas – ele calcula 500, em dois deles – que foram jogadas em “algum canto” e das quais nunca mais se teve notícia. Luis lembrou, também, dos cubanos que moravam ali e possuíam uma próspera serraria. Apenas pela nacionalidade, já se configuravam como “fortes suspeitos”. Os militares nem se deram conta, porém, de que se tratavam de simpatizantes de Fulgêncio Batista, ditador deposto com a revolução, e, portanto, opositores de Fidel Castro.

“Essa foi boa!”, divertiu-se Zezinho. “Correram da esquerda de Cuba e da direita do Brasil.”

“Jandir, braço direito do Exército na região, ficou com a indústria e com as terras. Hoje tem 10 mil cabeças de gado”, completou Luis, mais sério.

Luis já se mostrava impaciente por causa da longa conversa quando Zezinho resolveu ir embora. Estavam o esperando do outro lado do rio, em São Geraldo.

À beira do Araguaia, as mulheres lavavam roupa com água até a cintura, em tábuas improvisadas. Ali, batiam as peças, torciam e deixavam acumular nas bacias. Ao lado delas, algumas crianças nadavam e brincavam no rio e um homem tentava pescar em sua canoa. O Araguaia é o principal afluente do rio Tocantins e nasce na Serra do Caiapó, na divisa entre Goiás e Mato Grosso. Corre quase paralelamente ao Tocantins e tem

extensão de 2.115 quilômetros. Atravessando de Xambioá os quase 2 mil metros de largura até a outra margem, já se está no Pará, no município de Piçarra (no local conhecido como São Geraldo do Araguaia). Há barquinhos a motor, as voadeiras, que atravessam cerca de seis pessoas por vez por dois reais cada uma. Os motoristas das voadeiras esperam, embaixo das árvores, juntar pelo menos umas quatro pessoas para atravessar. Sem pressa. Se não quiser pagar, o sujeito pode esperar a balsa que atravessa os carros, mas aí não pode se preocupar com o tempo, mesmo. Quando um morador de Xambioá precisa ir até o outro lado, diz que vai para o Pará. “Vou chegar lá pro Pará, hoje!”.

Nas duas margens, dezenas de motociclistas esperam os próximos clientes do seu serviço de mototáxi. Também custa dois reais, e eles transportam pessoas para qualquer lugar pelos arredores. Não se usam capacetes, nem pelos motoristas, nem pelos passageiros. E se quiser é só chamar pelo celular, estampado em suas camisetas. Zezinho subiu na garupa da moto, segurou ao lado do banco, e partiu trepidando pelas ruas de terra esburacadas até a casa de Neuza.

Neuza Rodrigues era esposa de Amaro Lins, um dos guerrilheiros do PC do B no destacamento C. Apaixonou-se pela agricultora, mas, pelas regras do Partido, deveria escolher entre ela e a guerrilha; ficou com a primeira. Já viviam juntos há três anos, sem que Neuza soubesse de nada, quando três policiais bateram à sua porta, no dia 11 de abril de 1972. Eles queriam saber se Amaro conhecia aquelas pessoas com quem ele havia chegado à cidade. Neuza viu seu marido ser levado e, dez dias depois, quando ele voltou, ela decidiu ficar do seu lado na guerrilha. Com seus companheiros na mata há três meses, era Amaro quem cuidava das terras dos militantes. Vigiado pelo Exército, Amaro deveria denunciar qualquer movimentação dos guerrilheiros. Mas ele não só descumpriu a ordem, como continuou a vê-los e a levar alimentos e informações. Foi preso novamente, submetido à tortura e conseguiu voltar vivo.

Para entrar na casa de Neuza, Zezinho teve que passar por entre o cimento, as caixas de lajota e as ferramentas que ocupavam a parte da frente. Seus quatro filhos ajudavam na reforma. Entre eles estavam Helenira, a caçula, que recebeu o nome em homenagem à Helenira Resende, guerrilheira morta em setembro de 1972; e Maurício, em lembrança à Maurício Grabois, que também tombou no Araguaia. Uma menina de uns 8 anos brincava com dois filhotes de gato, por ali. Era Áurea, neta de Neuza e Amaro, que tem o mesmo nome de outra guerrilheira muito querida na região, Áurea Valadão.

O processo de indenização de Neuza foi deferido pela Comissão de Anistia, e ela passou a receber a pensão no ano passado. Amaro morreu em 2002, com 81 anos – a diferença de quase 30 anos de idade para Neuza nunca impediu o romance.

“Ainda bem que não esperamos o senhor para almoçar, Zezinho”, diz Neuza já na parte de trás da casa. Além dos móveis revirados com a reforma e o pó do cimento espalhado por toda parte, a falta de água no bairro deixava o lugar ainda mais atabalhado. Não se podia lavar louça há dias, por ali.

Zezinho não tinha visto o tempo passar, mas aceitou o almoço. Piranha assada, arroz, feijão e mandioca. Com o prato no colo, sentou-se no sofá e perguntou à Neuza como estavam as coisas. A companheira de Amaro tomara por missão ajudar aquelas pessoas a conseguir a indenização que ela e Zezinho já recebiam, mas não era uma tarefa fácil. Com a dificuldade de se obter documentos que comprovem a prisão de cada um dos 30, a saída que eles encontraram foi registrar em cartório os depoimentos dos camponeses, já que muitos estiveram presos juntos e testemunharam a tortura dos companheiros. Cada documento deste custava 164 reais e vinte centavos, valor exorbitante para aquelas pessoas. Neuza conseguiu negociar e obteve um desconto de 14 reais e 20 centavos, além do parcelamento dos 150 reais em duas vezes. Muitos pediram empréstimos para poder pagar os ainda caros 75 reais.

Além de Neuza e Zezinho, estavam na sala Edna Rodrigues Souza, a Diná, e a família de Joaquim Rodrigues da Silva, Aldenora e seu filho Gaspar. Enquanto os outros conversavam, uma voz baixa começa a resmungar alguma coisa. Diná, com a cabeça abaixada e os olhos fixando o vazio, desabafou sem que os outros prestassem atenção:

“Sobrei. Tô aqui. Dizem que eu sou o resto da guerrilha”, sua cabeça balançava devagar, os olhos ainda olhavam para o nada “Muita gente morreu, e eu fiquei aqui. Mas agora que meus filhos estão grandes, eu queria morrer. Morrer e acabou. Mas não quero ir em cana de novo não. Eu tenho medo de ser presa”. Seus olhos cansados agora enchiam-se de lágrimas. “Eu tô desistindo”

A dificuldade em se reunir os documentos para a Comissão de Anistia multiplicavam-se para uma mulher como Diná, cansada da vida. Ela pensava em jogar tudo para o alto, já que Zezinho, apesar de todas suas andanças por Brasília, não conseguira uma confirmação sobre o procedimento correto para aquelas pessoas. Os depoimentos registrados eram apenas uma tentativa, com alguma chance de dar certo.

As lembranças atormentam Diná há mais de 30 anos. Ela era professora quando foi presa no fim de 1976, após a trincheira de Perdidos. Violentada por quatro soldados, saiu da prisão em janeiro de 1977; ficou 10 anos processada e vigiada. Os vizinhos jogavam-na contra os filhos, que não aceitavam a mãe. O então prefeito Giovane Queiroz, assim que ela foi libertada, carimbou em letras garrafais e vermelhas um CANCELADO em sua carteira de trabalho. O medo de pistoleiros a assombra. Edna só tem carinho pela guerrilheira Dina, a geóloga baiana e que fez seu parto e que se tornara sua “comadi”.

“Aqui no Pará ninguém fala nada, senão morre”, dizia, com as lágrimas escorrendo tímidas pelo seu rosto. Até hoje Diná não sabe se sua filha, que nasceu em 1977, é “coisa indesejada”.

“Quem fez isso com ela mora logo ali, em Marabá”, Zezinho virou-se para Diná, e ela o fitou com olhos assustados. A mulher de pele marrom cor de terra, cabelos tingidos – metade brancos – olhou para o chão novamente.

“Lembro de ter visto aquele capitão uma vez, em São Geraldo. Um gordão.”, disse Diná. Ela falou que queria desistir de novo, e dessa vez Zezinho ouviu.

“Você tem medo”, Zezinho aumentou o tom de voz.

“É vergonha!”, respondeu Diná.

“Eles é quem tem que ter vergonha! Vão ficar impunes a vida toda, apesar de tudo o que fizeram”.

Separada de João de Deus, que criou os filhos do casal, Diná nunca mais conseguiu dar aulas plenamente. Ela também estava em outros episódios marcantes da história da guerrilha, pouco conhecida pós 75. Além da trincheira de Perdidos, Diná também presenciou a batalha de Cajueiros, em 1981 – quando padres lideraram a ocupação de terras. Depois decidiu ir para Belém, mas o terror não a abandonou: viu os mortos do massacre de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, quando dava aulas no sul do Pará. Ela era amiga de Maria José, professora que denunciou o episódio e foi assassinada dois anos depois.

Apesar de todas as ameaças que sofreu para nunca falar nada, Diná começa a contar sua história. “Vai ficar um livro para os outros aprenderem a viver”, disse.

Zezinho contou que os militares envolvidos no combate à guerrilha ainda estão muito presentes e influentes hoje. No lançamento de um livro sobre a Guerrilha do Araguaia, no Congresso Nacional, havia uns 12 deles. Um militar pediu para José Genoíno autografar seu livro, e em seguida fez o mesmo pedido para Zezinho. Ele se lembra de ter escrito a dedicatória assim:

Comandante,

Como comandante que sou, em que pese nossas diferenças do passado, estamos hoje juntos na mesma trincheira, na luta para resgatar essa história.

Diná desistira de desistir, e resolveu ir para casa. Acabara de perder mais aulas, por indisposições com colegas e com o diretor. O fantasma das ameaças ainda a

perseguia. Desanimada, levantou e se despediu – contaria sua história, mas a vontade de morrer ainda não lhe abandonara.

Do outro lado da sala, Joaquim e Aldenora sentavam no sofá. Gaspar, filho do casal, estava entre eles, e parecia mais amargurado do que triste.

“Se a gente tivesse tirado uma foto de quanto a gente sofria, andava e carregava ela nas costas. Aí as pessoas ficavam sabendo”, disse Gaspar, que tinha 14 anos à época. “Eu me lembro como se fosse hoje, nesse momento”. E a atmosfera da sala em reforma de Neuza ganhou um ar pesado. No canto, Aldenora, a Dona Lora, começou a chorar.

“Foi tanto sofrimento que eu peço até hoje que isso não aconteça nunca mais”, disse a senhora baixinha, negra e de aparência frágil. Às vezes sorria, quando falava dos guerrilheiros – Dina também fizera um parto seu. Aqueles não poderiam ser terroristas, como os militares os chamavam.

Joaquim era vaqueiro de Paulo Rodrigues, um dos militantes do PC do B. Expulsaram-no de sua roça, com a mulher grávida e seus oito filhos. D. Lora contou que deu tempo de pegar apenas a panela de comida, em cima do fogão. Os policiais botaram fogo na sua casa e em todas as suas coisas. Além disso, obrigavam seu marido e seu filho a guiar os militares pela mata.

“Eles me faziam carregar o fuzil, aquilo era muito pesado”, disse Gaspar. Meu pai ia na frente, e eu com um jumentinho. Os soldados bebiam água, mas não nos davam nada para beber. A gente cansado, com carga nas costas, e eles empurrando...”

Áurea Valadão foi a primeira e a última professora que Gaspar teve. Joaquim ajudou na construção da escolhinha na comunidade, para onde vinha gente de longe estudar. Chico Vieira, que também estava na casa de Neuza e hoje tem quase 80 anos, andava 6 quilômetros para assistir às aulas.

Quando falam na indenização, embora sem demonstrar muita esperança ou qualquer alegria, os camponeses sabem que nenhum dinheiro pode lhes trazer a vida ou a saúde de volta.

“Se eles não tivessem destruído tudo a gente tava em outra situação, porque teve que fazer tudo de novo”, disse Joaquim, com seus olhos caídos e seu rosto bastante enrugado. Hoje eles moravam em Araguaína e tinham vindo até ali encontrar Zezinho e entregar-lhe seus documentos. Joaquim parou um instante, pensativo, e concluiu:

“Quando a pessoa nasce, fica um tempo na mão dos outros. Engatinha, depois vai andar. Eu comecei de novo, mas até hoje não consegui levantar.”

“A gente nunca mais adquiriu o que tinha”, disse Lora, engolindo o choro. Zezinho olhou para todos e falou, seguido de um longo silêncio:

“Eles destruíram a vida e os sonhos de toda essa população.”

A tarde já estava acabando e outros camponeses haviam se juntado à reunião. Raimundo do Rádio, um sujeito calado que assistira à conversa toda, segurava dois livros fotocopiados e encadernados, com algumas anotações à caneta; eram livros que contavam a história de Cajueiros, nos anos 80: "Padres e Posseiros no Araguaia, de Rivaldo Chinem" e "A Justiça do Lobo – posseiros e padres do Araguaia, de Ricardo Rezende Figueira". Raimundo do Rádio havia anotado, no pé das páginas, suas próprias impressões do conflito e hesitou quando Zezinho pedira emprestado para tirar cópias. Aquilo era raridade para ele. Acabou cedendo, com a promessa de que os veria de volta logo. Inclinou-se para frente, e falou com a voz rouca e baixa para romper o silêncio que tomara conta da sala:

"Existe muita gente que até hoje é assombrada. Comentam daquela mulher grávida que teve os olhos furados..."

Aldenora, Joaquim e Gaspar precisavam partir. A pequena senhora se levantou, abraçou Zezinho emocionada e lhe disse, ainda o apertando contra o peito:

"Esse homem é muito bom, que coisa boa encontrar esse encanto aqui!"

Um homem estático no sofá, que não havia pronunciado uma palavra durante aquela tarde toda, resolveu se levantar. Disse que queria contar a sua história. Era magro, branco e alto. Usava um boné e óculos escuros espelhados, como os de um adolescente, apesar dos mais de 60 anos.

"Eu não tenho medo de falar nada, não", disse, com o tom de voz raivoso. "Foram eles que fizeram isso aqui comigo", e tirou os óculos para mostrar as cicatrizes em volta dos olhos, com os quais mal enxergava. Depois de contar sua história, pousou para uma foto, e foi embora.

Já era noite quando um homem chegou para conversar com Zezinho, dizendo-se ex-guia do Exército. Sem dentes e com a fala enrolada, queria saber como entrar com o pedido de indenização. Do lado do Exército, mostrava-lhe os caminhos e ia atrás de "terroristas", judiou de muita gente. Pouco a pouco os outros foram se despedindo, e o sujeito ficou sozinho com Neuza e Zezinho, que procurou tranquilizá-lo:

"Todos os que sofreram devem se unir, que naquela época muita gente foi obrigada a fazer coisa que não queria."

Descendo as ruas de terra no lado de Xambioá, com o sol forte da manhã do dia seguinte, Zezinho perguntou a algumas crianças onde ficava a casa de Antônio Precatão. Não lembrava exatamente qual daqueles barracos de madeira, todas muito pobres, era a

de Antônio Alves de Souza, que tivera o pedido de indenização recusado. Ele também deveria ter feito o documento no cartório, e Zezinho quis assegurar-se de que tudo estava correndo bem. Bateu à casa de Precatão, que ficava em cima de um pequeno morro. Na porta da casa, via-se a placa de "Vende-se cremosinho do Araguaia", gelinho doce que as crianças dali compravam por 10 centavos.

Antônio Precatão recebeu Zezinho sem grande surpresa. Vestia apenas uma bermuda, estava sem camisa. Um boné sujo sobre o cabelo bagunçado e a barriga de fora davam-lhe um aspecto rude, mas mostrou-se simpático quando puxou uma cadeira para Zezinho se sentar e pediu à sua mulher que trouxesse um café.

A sala de Antônio Precatão tinha poucos objetos. Dois frascos de um produto de limpeza em uma estante de madeira, as mesmas cadeiras de plástico que se viam por toda a cidade, lençóis verdes estampado de montes e araucárias que separavam a sala dos outros cômodos. Através da janela, uma série de pedaços de carne se enfileiravam no varal para secar, ao lado de uma calcinha dourada. Zezinho perguntou a Precatão quem era o Darcir Alves Pereira, de quem recebera um depoimento daqueles. Era o Picida.

"O Picida! Nossa, ele está vivo! Foi ele quem levava um bilhete de um destacamento a outro para José Genoíno, o Geraldo. Ele está morando por aqui?"

Precatão disse que sim, estivera ali ainda há pouco, e pediu para um de seus filhos ir buscá-lo.

Conversa vai, conversa vem, e o assunto virou "ameaças de morte". Zezinho, que viveu muitos anos na clandestinidade, tem um quê de mania de perseguição – às vezes de tão fantásticas, suas histórias não parecem reais. Mas é como ele disse a Precatão, tem que ser discreto "que nem ave: aqui, o que menos anda voa". Ele gosta de citar provérbios populares, sabe dezenas deles. Zezinho contou de como quase fora pego por um pistoleiro na rodoviária de Brasília, e do escândalo que precisou fazer para se safar. Ele também acha que seus telefones e celulares estão todos grampeados, e vira e mexe um interlocutor de Zezinho se assusta com uma mudança repentina de assunto, sua estratégia para "disfarçar". Por isso ele entendia o medo que os camponeses tinham em contar suas histórias, já que os torturadores continuavam à solta: "aqui é o lugar onde todos têm sua devoção e rezam, mas não em voz alta", disse Zezinho, enquanto Precatão o olhava com atenção. "Vou para o norte dizendo que vou para o sul, sempre".

Precatão nunca mais conseguiu trabalhar depois das torturas que sofreu. Sente dores nas pernas, sente-se fraco. Sua esposa acabara de ter um bebê quando os militares rondavam por lá; proibiram-no de sair de casa, não podia nem cuidar de sua roça. Um dia, quando tentou cortar algumas mandiocas de seu terreno, apanhou muito. Foi amarrado em uma corda pelo pescoço, batiam a toda hora. Afogaram, deram choque. Como

aconteceu com muitos outros de seus vizinhos, jogaram-no em um curral de arame farpado, e depois em um buraco fundo com outros companheiros. Depois que soltaram Precatão, os militares mandaram que voltasse de quinze em quinze dias, sem contar nada a ninguém.

Enquanto Precatão saiu para atender alguém que o chamava lá fora, uma menina, sua neta, apareceu na sala com um pedaço de pano branco amarrado na cabeça, envolvendo as bochechas e o queixo. Era dor de dente. Zezinho, que não perdera uma velha mania dos guerrilheiros – a bula do doutor João Carlos Haas, um dos militantes – perguntou para a esposa de Precatão:

“A senhora tem trançadinho no quintal?”

“Não sei... aquele rasteirinho?”

“Esse mesmo. Masca dois, engole um pouquinho e vai mascando. Quando você vê, a dor já passou”, disse sorrindo. Depois parece ter lembrado de algo, e perguntou novamente:

“Mas tá furado?” E, diante da resposta positiva, aconselhou: “então põe uma queima de casca de coco no buraquinho. Já tive muita dor de dente dentro desta mata, e isso resolvia.”.

Quando chegaram à região nos anos 60, os guerrilheiros encontraram um lugar sem médicos, onde as pessoas padeciam de doenças simples como verminoses. Zezinho conta que quando precisavam receitar algum remédio às pressas – mesmo os que não eram médicos – recorriam ao livro de bulas do Dr. João Carlos Haas, e tiveram que aprender a diagnosticar as doenças mais comuns. Até hoje, Zezinho não perdeu essa mania.

Zezinho não havia percebido, mas um sujeito magro, sem dentes e com o rosto muito enrugado havia entrado e sentado silenciosamente em um canto da sala. Às vezes balançava a cabeça para concordar com Zezinho em alguma coisa que ele dizia. De repente, Zezinho olhou para ele e perguntou quem era. Esse era o Picida!

“Rapaaaaz”, disse Zezinho, atravessando a sala, “você está vivo!”, e abraçou o sujeito frágil, mas mais alto do que ele.

Picida parecia emocionado, mas não dizia nada. Apenas sussurrou no ouvido de Zezinho:

“E o Geraldo, como está?”

“Geraldo está bem, está vivo; lá em Brasília ele é conhecido como Genoíno”

Zezinho explicou a Picida que precisava registrar o depoimento que ele escrevera em cartório.

“Destruíram tudo, principalmente minha vida”, disse Picida. “Porque até minha mulher pensou que eu havia morrido e foi embora”

Zezinho atravessou o rio e estava em São Geraldo novamente. Mais uma tarde de depoimentos se seguiria, e, como Dona Lora, uma senhora baixinha vestida de preto começou a chorar assim que se pôs a contar sua história.

“O meu doutor era meu pensamento, quando eu rezava para os meus filhos viverem”, disse Ana Pereira Natividade, sobre o tempo nas margens do Araguaia antes dos militantes chegarem. “Quando aqueles meninos chegaram”, parou um instante para enxugar as lágrimas. “Ah, acima deles só Deus!”.

Dona Ana contou como Áurea e Dina salvaram seu filho que havia feito um corte profundo no braço. Ou quando a medicaram para curar uma pneumonia, quando estava grávida. E como foi bom quando curaram os seus filhos e as crianças de toda a vizinhança do amarelão!

Apesar do calor intenso, as famílias sempre ofereciam um café bem doce. E Zezinho sempre aceitava.

Neuza conferiu com Zezinho cada um dos 30 documentos que eles reuniram. Viram os dossiês em que faltava alguma coisa, e colocaram tudo dentro de um envelope. Zezinho levaria para Brasília assim que voltasse.

O projeto do Memorial do Araguaia seria analisado no Ministério da Cultura no dia seguinte, e Zezinho já havia mencionado aquilo a cada um que encontrou na rua.

Na margem paraense do Araguaia, a balsa se preparava para atravessar o rio, e Zezinho resolveu aproveitar. Esperou cerca de 25 minutos sob o céu estrelado. A outra margem, repleta de luzes, também lembrava o céu.

Em Xambioá, Zezinho parou em frente ao Hotel Nossa Senhora de Fátima e cumprimentou a dona, uma senhora de uns 70 anos.

“Mas essa menina não fica velha nunca?”

A senhora balançou a cabeça, disse que estava mal de saúde e, entre outros males, com osteoporose.

Zezinho recomendou pó de ostra. Disse que era tiro e queda. A mulher, que já tomava vários remédios, ficou muito interessada. Zezinho palpitou sobre onde ela poderia comprar.

“Mas não liga, não”, falou para a senhora de aparência triste, “quando a gente vai ficando jovem, vai perdendo a massa óssea.”

Zeinho se despediu e arrancou um sorriso da dona do Hotel. A mania da bula, lembrou, ele não iria perder nunca.

Dona Genessi, a dona da casa onde Zeinho estava hospedado, estava agoniada para falar com ele. Um senhor que ela não se lembrava bem o nome havia ligado quatro vezes durante o dia. O nome era alguma coisa como Genoíno. "Mas não deve ser aquele do PT, né? Aquele da televisão".

José Genoíno ligou novamente às 22 horas, e Zeinho ainda não havia chegado. Ele estava retornando uma ligação que Zeinho havia feito para o seu escritório e queria saber do que se tratava. Agora que sabia que Zeinho ligara por causa do projeto do Memorial, precisava saber o número do processo para ligar para amigos no Ministério da Cultura. Ligou para o celular de Zeinho, mas alguém disse que encontrara aquele celular na rua. Era mais um celular que Zeinho perdia no Araguaia, porque ele andava com dois e sempre perdia um.

O filho de Dona Genessi, o professor Paulo, chegava neste momento. Falou com Genoíno sobre o projeto e deu um jeito de conseguir o número. Assim que Zeinho chegou, recebeu o recado e ligou a cobrar para Genoíno.

No fim da conversa, Genoíno contou-lhe que ele havia perdido o celular. Zeinho não tinha nem reparado, mas percebeu que deveria ter esquecido na casa de Antônio Precatão, pois ali fora a última vez que atendera uma ligação.

"Olha, Genoíno, faz um favor para mim. Liga para o sujeito de novo e pede para entregar na casa do Professor".

Já era tarde quando Zeinho resolveu ir até uma pequena lanchonete ali por perto, para comer alguma coisa. As mesinhas de bar ficavam na calçada e em parte da rua escura, onde não havia muito movimento. As toalhinhas rosas na mesa e a fachada verde claro davam um ar de lugar caseiro. Um sujeito de uns 40 anos, alto, branco, com um corte de cabelo bem batido, bigode e barbicha, veio conversar com Zeinho, que havia comido sua pizza (uma massa com uma fatia de queijo e outra de presunto, em cima). Já era o quarto ou quinto que fazia isso, mas dessa vez a aproximação parecia mais fria. Ele se sentou em frente a Zeinho, primeiro perguntando banalidades, o que levava a crer que aquela seria mais uma conversa entre amigos. Mas o que se montava ali, na verdade, era uma cena de duelo.

O sujeito tinha um bananal, era fazendeiro. Sua família era de posses, para o padrão da região. Abriram uma igreja – sim, uma igreja – exclusiva para eles. Aquele

homem era um árduo defensor dos militares, o que foi ficando claro à medida que se emocionava ao falar dos anos 70.

“O senhor lutou aqui pelo comunismo, mas eu vou lhe dizer uma coisa”, começou o grandalhão, com suas olheiras, camiseta regata, e um tom de voz ameaçador – mas ainda civilizado. “Eu era menino, lá em Belo Horizonte, quando comecei a ler jornal. Nasci aqui, mas fui para lá estudar...”

Zeinho olhava, impassível, com os cotovelos apoiados na mesa e as mãos debaixo do queixo.

“... eu lia tudo. Tinha uns tios que eram professores universitários, uma outra que era estudante e era chegada no Diretório Central da Universidade. Eu comecei a saber o que era comunismo pelos meus tios, mas me informava de verdade pelos jornais. E vou lhe dizer”, parou um segundo. Fez uma cara de dor, e continuou.

“Aquilo que os militares fizeram, aquilo sim era uma época feliz”.

O sujeito contou que ninguém sabia o tamanho do sofrimento dele para chegar ao Araguaia antes da construção da rodovia Belém-Brasília. Os buracos, a terra das estradas que formava uma casaca dura no ônibus. O grandalhão exaltou-se de novo e bateu no peito, como se fosse chorar:

“Eu *vi* o milagre!”

Zeinho continuava impassível, mas mudava de lugar um copinho de vidro que estava na mesa, mostrando alguma inquietude. O sujeito falou mais das estradas, disse que viu o milagre *in loco*. Não era qualquer asfalto fininho, não. Medira ele mesmo: tinha mais de quatro dedos seus!

“Eu lia nas revistas, o que a China é hoje era o Brasil naquela época. As pessoas tinham medo do Brasil. Isso aqui ia virar uma superpotência”, continuou o grandalhão, cada vez com um tom de voz mais alto. Zeinho, na outra ponta da mesa, não parecia se intimidar.

Os jornais e as revistas eram as principais armas do sujeito, que dizia sempre ter visto uma reportagem sobre o assunto em algum lugar – mas nunca se lembrava onde. Às vezes citava a revista *Veja*.

“Em 97, saiu uma reportagem *deste tamanho* com o Lula reconhecendo que, se houvesse votação, o Médici ganharia de lavada. Ele criou o Pleno Emprego!”

Zeinho não segurou-se mais. Falou calmamente: “sim, e até que ano durou este milagre?”

O sujeito irritou-se. “O senhor espere eu terminar!”

A partir daí, seguiu-se mais uma hora de conversa, e Zeinho começou a falar da segunda guerra, do imperialismo estadunidense, da submissão brasileira. O grandalhão

tentou interrompê-lo diversas vezes, mas Zezinho não deixava. Afinal, esperara pacientemente sua vez de falar.

O homem chegou a dizer que era bom que os militares tivessem matado esses baderneiros, mesmo. Os companheiros de Zezinho. Até que a discussão chegou aos dias atuais, com as eleições iminentes. O clima na mesa continuava tenso, cada um que ouvia o outro falar arrumava alguma coisa para mexer, e os copos e garrafas de cima da mesa não pararam um segundo.

“Não tem ninguém que preste nessas eleições”, disse o sujeito, por fim. “Vou anular meu voto”.

Zezinho sorriu, com ares de quem acabava de vencer um duelo. “Pois bem”, disse, tranqüilo, com certa ironia. “O senhor tem todo o direito. Foi para que o senhor pudesse votar que os guerreiros da liberdade tomaram aqui, e foi para isso que eu lutei”.

O sujeito ficou desconcertado. Disse, então, que Zezinho deveria se preocupar mais com Deus. Zezinho respondera que só faz o que Ele recomenda: trabalha pelo seu povo. E o sujeito, o que fazia pelo seu povo?

O grandalhão resmungou qualquer coisa, e disse que estava tarde, precisava ir. Zezinho acenou com a cabeça, satisfeito.

Chegando à casa de D. Genessi, Zezinho percebeu que estava tudo trancado. Demorara muito, e a família pensou que ele não dormiria mais ali. Através do alto portão vermelho, Zezinho viu uma chave pendurada no muro, do lado de dentro. Olhou à sua volta. Pulou um muro no quintal do lado, pegou um graveto e saltou de volta, como um menino de 14 anos que vai buscar uma pipa caída. Enfiou o braço no meio da grade, e pescou a chave presa numa fita. Abriu o cadeado e acalmou os cachorros que estavam latindo. Zezinho precisava dormir logo, amanhã teria mais um dia cheio no Araguaia. Deveria aproveitar ao máximo sua estadia ali antes de voltar à Brasília.